

Caetité III

Caetité III Energia Renovável S.A. | 12.106.879/0001-30 | Companhia Fechada



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Prezados Acionistas, Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a geração que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2013 foram investidos R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,6 em distribuição, R\$ 1,26 em geração e R\$ 28 milhões em transmissão. Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade e criação de valor para seus acionistas. Esses valores, aliados à transparência e à solidez do Grupo Neoenergia, levaram a agência de rating S&P reafirmar, em 2013, pelo quarto ano consecutivo, sua nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB-).

Como parte integrante deste que é um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Caetité 3 Energia Renovável S.A. está ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Giovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1. Breve Histórico da Companhia

A empresa Caetité 3 Energia Renovável S.A. ("Caetité 3" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico (SPE) cuja totalidade das ações pertence a empresa FE Participações S.A. Esta por sua vez tem em sua composição acionária a empresa Força Eólica do Brasil S.A., também uma SPE, detentora de 100% de suas ações. Caetité 3 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Caetité 3, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas promovido em 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL que está localizada no município de Caetité (BA).

2. Desempenho do Negócio

Caetité 3 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 124 de 23/02/2011, expedida pelo Ministério de Minas de Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação da Portaria. Em 28 de julho de 2011, o Parque Eólico firmou com 15 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com vigência até 31 de dezembro de 2032. Caetité 3 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30

MW e energia contratada de 11,2 MW med. Em março de 2013, o Parque Eólico foi considerado "Apto a operação comercial", porém aguarda a finalização das Instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) de Igarapã 2 para conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Só após a conexão sua operação comercial será iniciada. Independente da conexão recebe receita.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

Dados Econômico - Financeiro - R\$ mil	2012	2013	Δ %
Receita operacional bruta	-	17.675	-
Receita Operacional Líquida	-	15.863	-
EBITDA	-	9.210	-
Resultado do serviço	-	4.673	-
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	306	(1.972)	(744,4%)
Lucro Líquido	225	1.808	703,6%
Ativo Total	96.432	134.147	39,1%
Investimento	49.993	71.039	42,1%
Dívida Bruta	42.369	58.680	38,5%
Dívida Líquida ¹	(2.844)	50.262	(1867,3%)
Patrimônio Líquido	53.234	58.657	10,2%

Indicadores Econômico-Financeiros ²	2012	2013	Δ %
Margem EBITDA	-	58,06%	58,06 p.p.
Margem Líquida	-	11,40%	11,40 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	-	5,457	0,0%

Conciliação de EBITDA - R\$ Mil	2012	2013	Δ %
Lucro Líquido	225	1.808	703,6%
Imposto de Renda e CSLL	81	893	1002,5%
Receita Financeira	(308)	(1.166)	278,6%
Despesa Financeira	2	3.138	156800,0%
Amortização / Depreciação	-	4.537	-
EBITDA	-	9.210	-

¹ Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos

² p.p. - pontos percentuais

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/12/13	31/12/12	PASSIVO CIRCULANTE	Notas	31/12/13	31/12/12
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.418	43.630	Fornecedores	8	13.002	187
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	1.887	-	Empréstimos e financiamentos	9	4.007	608
Impostos e contribuições a recuperar	6	968	275	Impostos e contribuições a recolher	10	1.211	165
TOTAL DO CIRCULANTE		11.273	43.905	Dividendos e juros sobre capital próprio	11	643	54
				Partes relacionadas	17	-	268
NÃO CIRCULANTE				Outros passivos circulantes	-	164	155
Títulos e valores mobiliários	5	-	1.583	TOTAL DO CIRCULANTE		19.027	1.437
Partes relacionadas	17	3.880	-	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	7	118.994	50.944	Empréstimos e financiamentos	9	54.673	41.761
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		122.874	52.527	Provisões	12	1.642	-
				Outros passivos não circulantes	-	148	-
TOTAL DO ATIVO		134.147	96.432	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		56.463	41.761
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	-	57.266	53.062
				Reservas de lucro	-	103	13
				Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	1.288	159
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		58.657	53.234
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		134.147	96.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicionais	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2012	1	-	2	(1)	-	2
Aumento de capital	53.061	-	-	-	-	53.061
Lucro líquido do exercício	-	-	-	225	-	225
Destinações:						
Reserva legal	-	11	-	(11)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(213)	159	(54)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	53.062	11	2	-	159	53.234
Aumento de capital	4.204	-	-	-	-	4.204
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.808	-	1.808
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(159)	(159)
Destinações:						
Reserva legal	-	90	-	(90)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.718)	1.288	(430)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	57.266	102	2	-	1.288	58.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A empresa Caetité 3 Energia Renovável S.A. (Caetité 3 ou Companhia) é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% FE Participações S.A., que é uma SPE 100% Força Eólica do Brasil S.A. Caetité 3 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Caetité 3, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas da ANEEL em 2010 que está localizado no município de Caetité (BA). Conforme portaria nº 124, de 23 de fevereiro de 2011, o Ministério de Minas Energia, autorizou a Companhia a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, com o prazo de 35 anos a partir da publicação da referida portaria no dia 24 de fevereiro de 2011. A Companhia tinha como previsão o início da operação comercial para janeiro de 2013, contudo, a conexão será feita por meio da linha de transmissão de 230 KV da SE Igarapã II, de propriedade da CHESF, cuja previsão de início da operação comercial é junho de 2014, conforme informação do Sistema de Gestão de Transmissão (SIGET) da ANEEL em dezembro de 2013. Em 22 de março de 2013 foi publicado o despacho da ANEEL de nº 1.574 por meio da qual a mesma declarou que essa usina estava apta a iniciar a operação comercial e, portanto, tem o direito à receita integral dos contratos. Para o período em que a usina esteve em atraso, foi necessário efetuar o comprar lastro para cumprimento do contrato do CCEAR (Cláusula 5.6). Caetité 3 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 11,1 MW médios. A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no encerramento do exercício, o qual será sanado através de integralizações de capital de acordo com as necessidades de caixa para o período. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **Receita de Juros** A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que descarta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

2.5. Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Instrumentos financeiros

a) **Ativos financeiros** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros créditos. **a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo
- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis

 Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou

determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. **a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa de um ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se substancialmente a empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos custos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8. Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9. Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras, equivalentes ao seu valor justo. **2.10. Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. As taxas estabelecidas pela Companhia foram reconhecidas com uma melhor estimativa de vida útil econômica estimada de cada componente limitada ao prazo de autorização. Durante a fase de construção foram acrescidos os custos de empréstimos ao ativo imobilizado, conforme CPC 20 e 27.

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

2.12. Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.13. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica IPCO 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido. Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.14. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa

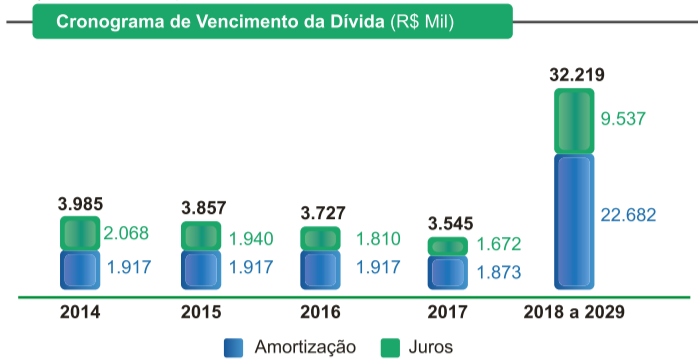
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Instrução CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

2.17. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Endividamento

A Companhia realizou, em julho de 2012, captação de recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES no valor de R\$ 63,9 milhões com prazo de 16 anos sendo 6 meses de carência para amortização do principal após a entrada em operação comercial, com juros pagos mensalmente e custo de TJLP + 2,18% a.a. Este recurso teve como finalidade a realização dos investimentos para a construção do parque eólico. Até dezembro de 2013, foi liberado o montante de R\$ 58,2 milhões e a dívida bruta consolidada da Companhia foi de R\$ 60,8 milhões.



5. Agradecimentos

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	2013	2012
RECEITA LÍQUIDA	14	15.863	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS	15	(11.190)	-
LUCRO BRUTO		4.673	-
LUCRO OPERACIONAL		4.673	-
Receitas financeiras		1.166	308
Despesas financeiras		(3.138)	(2)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.701	306
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(893)	(81)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.808	225
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$			
Ordinária		0,03	-

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2013	2012
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL	2.701	306
Lucro líquido do exercício (antes dos impostos)	2.701	306
AJUSTE PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	4.537	-
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	1.749	-
	8.987	306
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(1.887)	-
IR e CSLL a recuperar	(1.073)	(41)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(63)	(235)
Coligadas e controladas	(3.880)	-
	(6.903)	(276)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	12.815	187
Encargos de dívidas e swap pagos	(719)	-
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre		
Lucro Líquido (CSLL) pagos	(145)	(40)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	741	124
Coligadas e controladas	(268)	(

7 Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	31/12/13		31/12/12		
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação	Custo	Depreciação amortizada acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias		38.606	(1.421)	37.185	-
Máquinas e equipamentos	3%	83.376	(3.068)	80.308	-
Provisão de desmantelamento	4%	1.547	(46)	1.501	-
		123.529	(4.535)	118.994	-
Em curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	-	-	21.066
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	28.511
A reatar		-	-	-	1.367
		-	-	-	50.944
Total		123.529	(4.535)	118.994	50.944

A movimentação do Imobilizado está apresentada a seguir:

	Em serviço		Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Saldo em 01 de janeiro de 2012	-	-	952	952	952
Adições	-	-	49.992	49.992	49.992
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	50.944	50.944	50.944
Adições	-	-	72.585	72.585	72.585
Depreciação	-	(4.535)	-	-	(4.536)
Transferências	123.529	-	(123.529)	(123.529)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	123.529	(4.535)	118.994	-	118.994

8 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

Fornecedores	Ref.	31/12/13	31/12/12
Energia elétrica:		516	-
Terceiros		4	-
Partes relacionadas (Nota 16)		512	-
Encargos de uso da rede		77	-
Terceiros		77	-
Materiais e serviços	(a)	12.409	187
Terceiros		12.409	187
Energia livre		-	-
Total		13.002	187
Circulante		13.002	187

(a) O grupo de materiais e serviços é composto principalmente por fornecedores de itens relacionados a investimento.

9 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia obteve junto ao BNDES contrato de financiamento, assinado em 03 de julho de 2012 e Aditivo nº 1 ao contrato, assinado em 23 de agosto de 2012, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Caetité 3 na localidade de Caetité/BA, com capacidade instalada de 30 MW e com 15 Aerogeradores G87 fornecidos pela empresa Gamesa Eólica do Brasil, cujas condições contratuais são as seguintes:

Composição da dívida	Encargos		Principal		Total	
	Taxa Efetiva	Circulante	Circulante	circulante	31/12/13	31/12/12
Moeda nacional						
BNDES FINEM	TJLP+ 2,18% a.a.	173	3.834	56.779	60.786	42.369
Total moeda nacional		173	3.834	56.779	60.786	42.369
(-) Garantias depósitos vinculados						
Total		173	3.834	(2.106)	58.680	42.369

A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 2,18% a.a., prazo total de 17 anos, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de novembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de operação e manutenção. No ano de 2013 foram liberados recursos no montante de R\$ 16.000, totalizando até 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 58.200. Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	Dívida	Total líquido	Dívida	Total líquido
2015	3.833	3.833	2.638	2.638
2016	3.833	3.833	2.638	2.638
2017	3.747	3.747	2.638	2.638
2018	3.833	3.833	2.638	2.638
Após 2018	41.533	41.533	31.209	31.209
Total obrigações	56.779	56.779	41.761	41.761
(-) Garantias depósitos vinculados	-	-	-	-
Total		56.779		41.761

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		
	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012	-	-	-
Ingressos	440	41.761	42.201
Encargos	168	-	168
Saldo em 31 de dezembro de 2012	608	41.761	42.369
Ingressos	3.759	16.005	19.764
Encargos	987	(987)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(1.347)	-	(1.347)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(2.106)	(2.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.007	54.673	58.680

Condições restritivas financeiras (covenants)
O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:
BNDES FINEM - Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.
Nas informações intermediárias encerradas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.
Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/fiança da Neoenergia.

10 Impostos e Contribuições a Recolher

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	704	60
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	271	15
Programa de Integração Social - PIS	(b)	9	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(b)	41	-
Imposto Sobre Serviços - ISS		130	39
Impostos e contribuições retidos na fonte		56	51
Total		1.211	165

(a) IRPJ e CSLL apurados com base no lucro Real referente ao ano calendário 2013.
(b) PIS e COFINS a pagar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

11 Dividendos

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	57.266	56.334
Total	57.266	56.334
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	1.808	225
Absorção de prejuízo acumulado	-	(1)
Constituição da reserva legal	(90)	(11)
Base de cálculo do dividendo (25%)	1.718	213
Dividendos mínimos obrigatórios	430	54

A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo em 01 de dezembro de 2012	-	-
Dividendos obrigatórios 2012	54	54
Saldo em 31 de dezembro de 2012	54	54
Dividendos adicionais 2012	159	-
Dividendos obrigatórios 2013	430	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	643	-

12 Provisões

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Desmantelamento	Provisões Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-
Constituição	1.547	1.547
Atualização	95	95
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.642	1.642

Refere-se ao custo de desmantelamento. Os cálculos são feitos com base em perspectiva do custo total de desmontagem do parque eólico Caetité 3, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o grupo do Imobilizado.
Resolução CNPE nº 03/2013
As empresas de geração e comercialização do Grupo Neoenergia, por meio das associações ao qual participam, ajuizaram ações judiciais visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013,

que instituiu, dentre outras disposições, uma nova forma rateio dos custos de despacho térmico adicional, para garantia de suprimento energético, passando a ser rateado entre todos os agentes do mercado de energia elétrica. Estes custos incorporam o chamado Encargo de Serviço do Sistema - ESS. Entre maio de 2013 e junho de 2013 foram concedidas liminares no âmbito das ações ordinárias ajuizadas pelas Associações representativas dos agentes de geração e comercialização, tornando sem efeito o disposto nos Artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo o rateio dos custos supracitados pelos agentes representados nas respectivas associações.
Em síntese, as teses defendidas nas ações judiciais abrangem a inversão do ônus da utilização do Sistema, que conduz o produtor e/ou comercializador a arcar com tais custos em desacordo com as leis e normativos aplicáveis ao Setor Elétrico, bem como a ofensa ao princípio da reserva legal, e usurpação de competência do Congresso Nacional para criação de subsídio sem a edição de Lei e sem a previsão de compensação econômico-financeira.
Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia e das controladas classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constituiu provisão. O valor da contingência na Companhia é de R\$ 17.

13 Patrimônio Líquido

Capital Social
O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 57.266 divididos em 57.266 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em julho de 2013, foi aprovado e integralizado o aumento de capital em R\$ 925 realizado através de incorporações de bens, e durante o ano de 2013 foi integralizado, o montante de R\$ 3.278, referente Assembleia Geral Extraordinária realizada em agosto de 2012.
A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	%
Acionista		
Força Eólica do Brasil S.A.	57.266	100,00
Total	57.266	100,00
	R\$ Mil	
Acionista		
Força Eólica do Brasil S.A.	57.266	100,00
Total	57.266	100,00

14 Receita Líquida

	Ref.	31/12/2013	31/12/2012
Fornecimento de energia	(a)	15.109	-
Receita de geração		15.109	-
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		2.566	-
Total receita bruta		17.675	-
(-) Deduções da receita bruta	(b)	(1.812)	-
Total receita operacional líquida		15.863	-

(a) Fornecimento de Energia
(b) Composição do fornecimento de energia elétrica é a seguinte:

	Nº de consumidores		MWh (*)	R\$ mil	
	31/12/13	31/12/12		31/12/13	31/12/12
Suprimento	14	-	97.235	-	15.109
Total	14	-	97.235	-	15.109

(*) Não auditado.
(b) Deduções da receita bruta

	31/12/13	31/12/12
IMPOSTOS:		
PIS	(323)	-
COFINS	(1.489)	-
Total	(1.812)	-

15 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/13		31/12/12	
	Custos dos serviços	Total	Custos dos serviços	Total
Serviços de terceiros	(1.262)	(1.262)	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	(4.711)	(4.711)	-	-
Encargos de uso de rede	(649)	(649)	-	-
Depreciação e amortização	(4.537)	(4.537)	-	-
Arrendamentos e alugueis	(20)	(20)	-	-
Tributos	(11)	(11)	-	-
Total custos/despesas	(11.190)	(11.190)	-	-

16 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	2.701	2.701	306	306
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	675	243	77	28

Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:
(-) Excluídos
Outras exclusões

(25)	-	(24)	-
(25)	-	(24)	-

Imposto de renda e contribuição social no resultado

650	243	53	28
------------	------------	-----------	-----------

Corrente

Recolhidos e Pagos	27	118	28	12
A pagar	257	48	25	16
Compensados e deduzidos	366	77	-	-
650	243	53	28	

17 Saldo e Transações com Partes Relacionadas

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	31/12/13			31/12/12		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(a)	Energia fornecida	78	-	873	-	-	-
			78	-	873	-	-	-
CELPE	(a)	Energia fornecida	13	-	145	-	-	-
			13	-	145	-	-	-
NC ENERGIA	(b)	Energia comprada	-	512	(5.525)	-	-	-
			-	512	(5.525)	-	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Uso da Rede	-	-	(2)	-	-	-
			-	-	(2)	-	-	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES		Dividendos	-	644	-	-	54	-
		Outros	3.880	-	-	-	-	-
			3.880	644	-	-	54	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL		Reembolso de despesa	-	-	-	-	268	-
			-	-	-	-	268	-
Neoenergia S.A.		Contrato de mútuo	-	-	-	-	-	(35)
			-	-	-	-	-	(35)

(a) Celpe e Coelba - Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, vigência até dezembro de 2032, com reajuste anual com base na variação do IPC-A.
(b) NC Energia - Compra de energia para recomposição de Lastro Físico da Companhia. Venda de energia elétrica

18 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembr de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC-38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.
Considerações Gerais e Políticas
A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.
Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.
Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.
Gestão do Capital Social
A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.
A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de avançamento que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.
Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
 - Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
 - Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
 - Empréstimos e financiamentos
- O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar a construção da usina eólica e a eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
Para os passivos financeiros em moeda nacional com o BNDES - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.